V

(Avisos)

PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recurso interposto em 10 de novembro de 2020 por Anne-Marie Klose do Acórdão proferido pelo Tribunal Geral (Quinta Secção) em 9 de setembro de 2020 no processo T-81/20, Anne-Marie Klose/Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)

(Processo C-600/20 P)

(2021/C 98/02)

*Língua do processo: alemão***Partes**

Recorrente: Anne-Marie Klose Anne-Marie Klose (representante: I. Seher, advogada)

Outra parte no processo: Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia

Por Despacho de 11 de fevereiro de 2021, o Tribunal de Justiça da União Europeia (Secção de recebimento dos recursos de decisões do Tribunal Geral) não recebeu o recurso e condenou a recorrente a suportar as suas próprias despesas.

Recurso interposto em 23 de novembro de 2020 por PV do Acórdão proferido pelo Tribunal Geral (Quinta Secção) em 30 de janeiro de 2020 nos processos apensos T-786/16 e T-224/18, PV/Comissão

(Processo C-640/20 P)

(2021/C 98/03)

*Língua do processo: francês***Partes**

Recorrente: PV (representante: D. Birkenmaier, Rechtsanwalt)

Outra parte no processo: Comissão Europeia

Pedidos

- anular o Acórdão de 30 de janeiro de 2020 nos processos apensos T-786/16 e T-224/18;
- julgar o presente litígio e os processos apensos T-786/16 e T-224/18, conforme previsto no artigo 170.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça;
- condenar a recorrida nas despesas do processo C-111/20 P, bem como em todas as outras despesas nos processos T-786/16, T-224/18, T-224/18 R1 e T-224/18 R2.

Fundamentos e principais argumentos

1. O primeiro fundamento é relativo à interpretação errada dos artigos 72.º e 270.º TFUE e do artigo 23.º do Estatuto dos Funcionários e ao facto de o Tribunal Geral considerar que o Estatuto é fonte exclusiva de direito para julgar os litígios entre os agentes e a sua instituição;
2. O segundo fundamento é relativo a uma violação do artigo 4.º TUE, do artigo 41.º da Carta e do artigo 11.º-A do Estatuto;
3. O terceiro fundamento é relativo a uma violação do princípio geral de direito «*fraus omnia corrumpit*» e do artigo 36.º do Estatuto do Tribunal de Justiça;
4. O quarto fundamento é relativo à declaração de que os artigos 1.º, 3.º, 4.º, 31.º e 41.º da Carta e os artigos 1.º-E e 12.º-A do Estatuto não foram violados;
5. O quinto fundamento diz respeito à utilização de «falsidades documentais», a uma interpretação distorcida do artigo 59.º, n.º 1, alíneas 3 e 5, do Estatuto e a uma violação da Decisão Interna da Comissão 92-2004, de 6 de julho de 2014;
6. O sexto fundamento é relativo a erros dolosos na aplicação do princípio da exceção de não cumprimento nas relações bilaterais;
7. O sétimo fundamento é relativo a uma violação do artigo 41.º da Carta, do artigo 25.º do Estatuto e a omissões dolosas relacionadas com um desvio fraudulento de 21 593,64 euros de salários em atraso pelo PMO;
8. O oitavo fundamento é relativo a uma desvirtuação por omissão das consequências relacionadas com a anulação do primeiro processo disciplinar CMS 13/087;
9. O nono fundamento é relativo a uma violação do artigo 15.º da Carta;
10. O décimo fundamento, invocado a título subsidiário, é relativo a uma violação de decidir «*ultra petita*».

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Veszprémi Törvényszék (Hungria) em
30 de novembro de 2020 — ENERGOTT Fejlesztő és Vagyongazdálkodó Kft./Nemzeti Adó- és Vámhivatal
Fellebbviteli Igazgatósága**

(Processo C-643/20)

(2021/C 98/04)

Língua do processo: húngaro

Órgão jurisdicional de reenvio

Veszprémi Törvényszék

Partes no processo principal

Recorrente: ENERGOTT Fejlesztő és Vagyongazdálkodó Kft.

Recorrida: Nemzeti Adó- és Vámhivatal Fellebbviteli Igazgatósága

Questões prejudiciais

- 1) Devem o artigo 90.º, n.ºs 1 e 2, da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (a seguir, «Diretiva IVA») ⁽¹⁾, tomando em consideração, em especial, o Acórdão [de 23 de novembro de 2017, Di Maura (C-246/16)], ⁽²⁾ e o Despacho [de 29 de janeiro de 2020, Porr Építési Kft. (C-292/19)], ⁽³⁾ bem como os princípios fundamentais do direito da União da efetividade e da equivalência, ser interpretados no sentido de que os Estados-Membros não podem fixar o início da contagem do prazo de prescrição do reembolso do IVA relativo aos créditos definitivamente incobráveis num momento anterior àquele em que o crédito em que se baseia o IVA a reembolsar adquire esse carácter incobrável?